



# SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 297, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008, (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como o primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior.) que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227.

RELATOR: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**

### I – RELATÓRIO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 42, de 2008, busca alterar a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição, nela fazendo inserir referência ao jovem. Também pretende modificar a redação do art. 227 da Lei Maior para estender aos jovens a proteção e os direitos já consagrados às crianças e aos adolescentes, além de prescrever a elaboração do estatuto e do plano nacional da juventude.

Ressalte-se que, em essência, o texto sob análise traduz o resultado dos trabalhos da comissão especial criada na Câmara dos Deputados para proferir parecer à PEC nº 138, de 2003. Esse colegiado concluiu sua missão apresentando um substitutivo à proposta original, que dispunha sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, mediante a inclusão, na Carta Magna, de um artigo referente aos jovens e a alteração do nome do capítulo retromencionado.

Os autores da proposta original, cujo primeiro signatário é o Deputado Sandes Júnior, mencionam a proteção constitucional ao adolescente e ao idoso como uma das grandes inovações trazidas ao Direito pátrio pelo constituinte dos anos 80 e afirmam que essa proteção ensejou a adoção de diversos diplomas legais. Alegam, ainda, a necessidade de preencher uma imensa lacuna na Constituição brasileira, que não assegura proteção à juventude, ao contrário da Carta portuguesa.

No Senado Federal, a referida PEC não foi alvo de emendas.

## **II – ANÁLISE**

À luz do disposto no art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão emitir parecer acerca da admissibilidade e do mérito da proposta de emenda à Constituição em exame.

Note-se, de pronto, que não há impeditivo constitucional para a apreciação da proposta, haja vista a normalidade político-institucional em que se encontra o País e a observância das demais regras prescritas no art. 60 da Lei Maior, pois a PEC está subscrita por mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, não afronta cláusulas pétreas nem contém matéria já apreciada na presente legislatura.

Além de satisfazer o critério da admissibilidade, a PEC em exame apresenta inegável relevância social, porquanto atinge diretamente quase 50 milhões de brasileiros, com idade entre 15 e 29 anos. Nesse universo, 34 milhões têm de 15 a 24 anos, sendo eles os que mais sofrem com a falta de formação profissional e de acesso à cultura e ao lazer, realidade especialmente cruel nas periferias. Nessa faixa etária, também se encontra a parte da população nacional atingida pelos piores índices de desemprego, evasão escolar e mortes por homicídio, sem falar dos problemas relativos à sexualidade, ao abuso de drogas e ao envolvimento com a criminalidade.

Não amparados por serviços diferenciados e eficientes de apoio educacional, psicológico e médico, esses jovens vivenciam diariamente os conflitos inerentes à transição da adolescência para a vida adulta. Experimentam, nessa fase, via de regra, a saída da escola e da casa dos pais, a procura de trabalho, a prestação do serviço militar, o casamento e a constituição de uma nova família. Passam, portanto, de um estado de indefinição e dependência a outro de responsabilidade e autonomia, sem vislumbrar a presença do Estado em seu horizonte.

Na verdade, desprovidos que estão do conhecimento de seus direitos, deveres, capacidades, importância e papel social, a maioria dos jovens carece até mesmo de um projeto de vida. Sentindo-se excluídos dos mecanismos que movem a sociedade, eles se distanciam da participação política e social e deixam de

utilizar suas energias na realização de ações transformadoras. Assim, não contribuem para a renovação de quadros e lideranças, o que decerto compromete o futuro do País.

Para reverter esse quadro, temos de agir de imediato, colocando a questão da juventude como prioridade nacional, já que esse segmento da população é estratégico para o desenvolvimento brasileiro. Devemos começar, então, pelo reconhecimento da especificidade desse grupo, singular nos seus traços gerais e nas suas demandas, mas tão plural no tocante às características sociais, culturais, econômicas e territoriais de seus integrantes.

E é exatamente isso o que faz a PEC nº 42, de 2008, quando traz a juventude para o texto constitucional. Ela abre caminho para que se garanta a representação dos interesses e dos pontos de vista juvenis em nossas instituições sociais e políticas. Busca construir o cenário propício à oferta dos estímulos necessários para o protagonismo da juventude, o que significa ampliar o acesso à educação, à qualificação profissional e à cidadania, assim aumentando as oportunidades de acesso à saúde, ao mercado de trabalho, ao crédito, à renda, aos esportes, ao lazer, à cultura e ao bem-estar social.

Para que nenhuma sombra embace o incontestável mérito da proposta sob análise, entretanto, julgamos recomendável restituir ao texto da PEC a locução “forma de”, suprimida, por lapso, do trecho final do art. 227 da Constituição. Basta lembrar que a redação do substitutivo proposto pela relatora da matéria continha a seguinte dicção: “além de colocá-los a salvo **de toda de** negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Infelizmente, em vez de restabelecer a redação já consagrada na Lei Maior, a redação final do texto na Câmara dos Deputados eliminou a locução, saída que não parece ser a melhor.

Por meio de emenda de redação, ainda, propomos corrigir dois outros deslizes formais da PEC sob exame. Em primeiro lugar, incluímos na ementa a explicitação do objeto da lei, como prevê o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Em segundo lugar, substituímos o termo “promulgação”, constante da cláusula de vigência, pela palavra “publicação”, em observância à fórmula prescrita no § 2º do art. 8º do já citado diploma legal.

Essas modestas contribuições, vale repetir, apenas aperfeiçoam a redação da PEC nº 42, de 2008, sem trazer nenhum prejuízo à sua tramitação, que esperamos que seja o mais célere possível.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da PEC nº 42, de 2008, e, no mérito, por sua aprovação, com as seguintes emendas de redação:

#### EMENDA Nº 1 – CCJ

À PEC nº 42, de 2008

Dê-se à ementa da PEC nº 42, de 2008, a redação abaixo:

“Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude.”

#### EMENDA Nº 2 – CCJ

À PEC Nº 42, de 2008

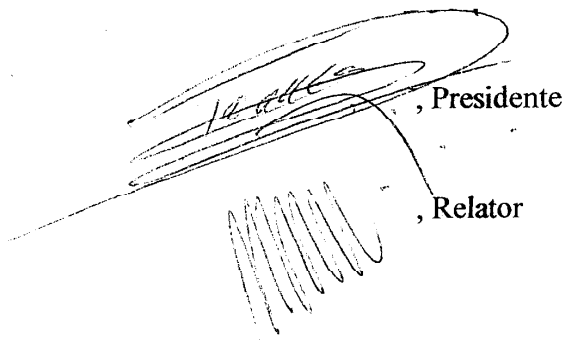
Insira-se no *caput* do art. 227 da Constituição Federal, nos termos estabelecidos no art. 2º da PEC nº 42, de 2008, a expressão “forma de”, antes da palavra “negligência”.

#### EMENDA Nº 3 – CCJ

À PEC Nº 42, de 2008

Substitua-se, no art. 3º da PEC nº 42, de 2008, a palavra “promulgação” por “publicação”.

Sala da Comissão, em 1º de abril de 2009.



, Presidente

, Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA


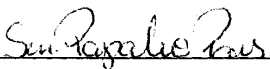
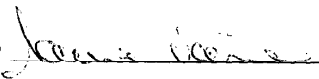
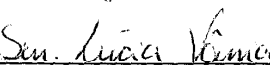
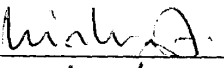
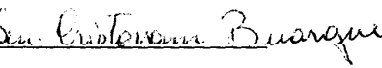
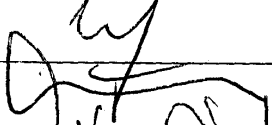
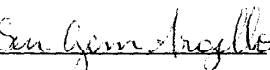
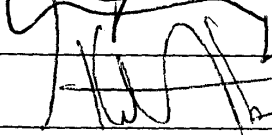
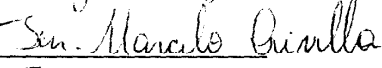
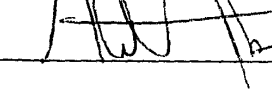

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 42 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 1º 10/9/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador Demóstenes Torres</u>	
RELATOR: <u>Senador Expedito Júnior</u>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)</b>	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SHERSHENKO
<b>MAIORIA (PMDB, PP)</b>	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)</b>	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
<b>PTB</b>	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

Atualizada em: 19/03/2009

**ASSINAM O PARECER**  
**À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008**  
**NA REUNIÃO Ordinária DE 1º/04/2009, COMPLEMENTANDO**  
**AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS**  
**DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,**  
**OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

- 1 - \_\_\_\_\_
- 2 -  
- 3 -  
- 4 -  
- 5 -  
- 6 -  
- 7 -  

Legislação citada anexada pela Secretaria Geral da Mesa

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Subseção II  
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

**CAPÍTULO VII**

**DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO**

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

.....

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

.....

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

§ 1º A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral. (Parágrafo incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

§ 2º As leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar a cláusula 'esta lei entra em vigor após decorridos (o número de) dias de sua publicação oficial' .(Parágrafo incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

Publicado no **DSF**, de 25/04/2009.